ÁGUAS LIVRES

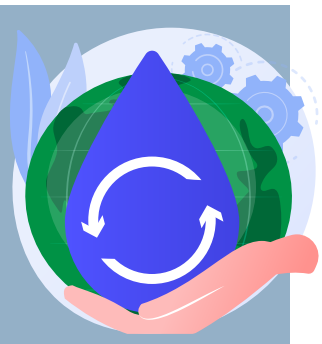
Nº300
1/2023
ANO XXXVI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
PROPRIEDADE: EPAL
DIRETORA: ANA ESTEVAM PINA
EPAL.PT

EPAL
Grupo Águas de Portugal

AgIR

EPAL participa em projeto de caracterização das águas residuais hospitalares no concelho de Lisboa

PÁG.17



Programa EPAL 0%

Anunciados investimentos na ordem dos 9M€

PÁG. 3

Quem é Quem

Conheça os rostos da Equipa do Jornal

PÁGS.8 e 9

EPAL mais perto da Comunidade

10 novos projetos que irão tornar Lisboa mais verde e sustentável

PÁGS.14 e 15

"O nosso grande foco foi aumentar salários"

Grande entrevista a Telma Correia, vogal dos Conselhos de Administração da EPAL/AdVT

PÁGS. 10 a 13

Assinatura do Acordo de Empresa da EPAL

Momento Histórico: Assinados os acordos de valorização salarial para os Trabalhadores abrangidos pelo Acordo de Empresa da EPAL e pelo Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal

editorial

Dirigir uma publicação como o "AL" é um trabalho desafiador. Quando a edição parece estar fechada, novas notícias aparecem, muda-se a paginação, completam-se ou actualizam-se detalhes em artigos já dados como fechados, o que obriga a um sistemático corte e costura e leva, mais vezes que o desejado, a um atraso na sua divulgação.

A título de exemplo este número teve 3 temas de capa diferentes, culminando na entrevista à Dra Telma Correia- administradora responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos- no seguimento da concretização das negociações do Acordo de Empresa e do Acordo Colectivo de Trabalho. Finalmente chegou-se a um entendimento no que concerne à valorização salarial dos Trabalhadores da EPAL e da Águas do Vale do Tejo e, naturalmente, era uma conversa que se impunha e que nos traz, passo a passo, detalhes de todo o processo negocial.

É assim com boas notícias que chegamos à primeira edição do ano, o "AL" n.º 300**. E, em jeito de comemoração e reconhecimento, mostramos-lhe os rostos da nossa Equipa. Seria injusto não falar aqui do colega Pedro Inácio, da Direção do Museu da Água que, não sendo correspondente, mantém uma rúbrica própria no Jornal há muitos anos e colabora sempre com o mesmo entusiasmo e dedicação que lhe são característicos. O nosso obrigada, Pedro!

A EPAL apresentou recentemente 10 novos projectos que prometem deixar a sua marca na cidade de Lisboa. São projectos únicos mas incomparaveis entre si, pois cada um deles reveste-se de características e impactos diferentes na sua dimensão e forma, mas uma coisa é garantida: o nosso designio e missão não se resume apenas a levar água em qualidade e quantidade à população. Estar cada vez mais presentes e próximos na vida da comunidade é o que nos move e esse é um caminho sem retorno.

Até breve.

Ana Estevam Pina

* Este Editorial não está escrito segundo as regras do Novo Acordo Ortográfico

** Relembramos os antigos diretores do "AL" que tornaram possível assinalar este importante marco na vida do Jornal: Vitor Baltasar, Carlos Neves, Elisio de Carvalho, Helena Louro, Joaquim Fitas e Mónica Rosa.

ÁGUAS LIVRES

Propriedade:
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.
Publicacão mensal
distribuição gratuita
Edição:
Legal Nº 8463/85 -
- Registado na DGCS
sob o Nº 100 361
Impressão e acabamento:
Estria - 1 300 exemplares.
Este Jornal é impresso em papel reciclado e foi redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Direção: Ana Estevam Pina e Raquel Simões

Colaboradores permanentes: Miguel Costa (AAL), Carla Marques, Conceição Martins, Raquel Gil e Susana Fé (CMEA), Carla Martins e Sandra Hilário (DAF), Paula Serrinha (DCL), Maria Silva (DGA), Miguel Borges (DID), Catarina Eusébio, Rosário Cabeças e Joaquim Baetas (DOA) Maria João Botelho (DOS), José Ferreira (DPT), Ana Rego e Luísa Gouveia (DRH), Lília Azevedo (DSE) Carolina Mendes (DSI), Ana Conde, Luís Avelar e Mónica Gualdino (ENG), Ana Margarida Jorge (LAB), Paulo Jorge Almeida, Cláudia Falcão e Alcino Meirinhos (MAN), Margarida Filipe Ramos (MDA) e José Marcelino (PCG).

Também colaboraram: Andrêa Borges (CMEA), Comissão de Trabalhadores, Casa do Pessoal, Bárbara Sofia Lopes (AdP Energias), Rui Mira e Vanda Barroso (DGA), Rui Neves Carneiro e Vítor Cardoso (LAB) e Mara Fava e Pedro Inácio (MDA).

Direção e Redação: Av. Liberdade, 24 - 1250-144 Lisboa, Tel. 351.21.325 11 55 e-mail: jornalal@adp.pt

breves

Operação Natal 2022

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Conciliação e de ação de responsabilidade empresarial, cumpriu-se a tradição da oferta de um cabaz de Natal a todos os Trabalhadores no ativo e Reformados da EPAL e da Águas do Vale do Tejo.

Tal como nos últimos dois anos, o recheio do cabaz oferecido em 2022, voltou a incluir produtos oriundos das diferentes áreas de atuação, nacionais e internacionais, de todas as empresas do Grupo Águas de Portugal. A Empresa fez-se representar com o queijo da Serra da Estrela e um doce de tomate do SEMEAR.

A todos os Trabalhadores no ativo foi também oferecido, juntamente com o cabaz de Natal, um conjunto de 2 chávenas de chá da Costa Nova, para complementar a oferta do bule Aqua Nova, oferecido em 2021.

Também no âmbito de ação de responsabilidade empresarial, a EPAL adquiriu uma oferta simbólica destinada aos habituais prestadores de serviço que marcam presença no dia a dia da Empresa. Esta oferta foi adquirida ao SEMEAR, de forma a reforçar a parceria com esta instituição, que continua a primar por ser um excelente projeto de sustentabilidade e de inclusão social.

Para terminar mais uma operação Natal, houve também lugar à distribuição do bolo-rei, que este ano foi assinalada no dia 5 de janeiro.

A todos aqueles que deram um pouco do seu tempo a mais uma operação Natal e que contribuíram para o seu sucesso, muito obrigado. ● CARLA ALCOBIA CMEA

Marcos Sá eleito Presidente da COMSines

O Diretor de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental da EPAL, e administrador da Águas de Santo André, Marcos Sá, foi eleito presidente da direção da COMSines – Conselho das Comunidades de Sines, no distrito de Setúbal, durante a Assembleia-Geral desta Associação, que se realizou a 16 de fevereiro. A COMSines, criada em 2013, tem como missão atuar proativamente na comunidade sineense, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável da região e da sua comunidade.

Desejamos-lhe o maior sucesso no desempenho destas funções. ● "AL"

Faleceu Manuel van Hoof Ribeiro, cujo nome ficará sempre ligado à História da nossa Empresa. Van Hoof Ribeiro foi Presidente do Conselho de Gerência da EPAL - Empresa Pública das Águas Livres, entre 1984 e 1987.

O "AL" deixa sentida uma palavra de condolências à sua familia e amigos. ● "AL"

Deixou-nos, recentemente, Amável Francisco dos Santos, aos 67 anos.

Amável dos Santos foi administrador da Águas do Centro, em Castelo Branco, empresa integrada na Águas do Vale do Tejo.

O "AL" lamenta a sua partida e apresenta condolências à família e amigos. ● "AL"

EPAL investe mais 9M€ na Implementação do "Programa EPAL 0%"

"AL"

A Estação de Tratamento de Água (ETA) da Asseiceira recebeu, recentemente, a sessão de apresentação pública do "EPAL 0% - Neutralidade Energética", seguida da cerimónia de assinatura de 3 contratos que reforçam o compromisso da EPAL rumo à neutralidade energética. O evento contou com a presença de várias personalidades do setor e de João Galamba, então Secretário de Estado do Ambiente e da Energia.

O Programa EPAL 0% irá permitir que a EPAL alcance a neutralidade energética em todas as suas operações, através de um mix integrado de soluções tecnológicas: ações de eficiência energética, produção da sua própria energia a partir de fontes renováveis com instalação de centrais de produção de energia hidroelétrica, eólica e fotovoltaica, instalação de microredes, digitalização e operações de storage nos reservatórios de água. O desenvolvimento deste Projeto obriga à implementação de medidas que se estima que venham a atingir cerca de 83,0 milhões de euros, pressupondo um consumo de energia elétrica de 136 GWh/ano.

A abertura da sessão foi presidida por José Sardinha, presidente do Conselho de Administração da EPAL que, orgulhosamente, partilhou a importância dos investimentos em curso para a concretização do EPAL 0%.

José Sardinha, na sua intervenção, salientou que o EPAL 0% **"é um projeto muito importante em termos de resiliência, economia, competitividade nacional, ao evitar que o País fique sujeito aos humores dos mercados energéticos mundiais que, por sua vez, estão sujeitos a questões políticas e a guerras em várias geografias, fatores que, naturalmente, Portugal não controla e sofre as consequências."**

Sobre a nova rede elétrica privativa, o presidente relembrou ainda que **"será uma rede subterrânea e não foi concebida desta forma ao acaso. Fizemo-lo para aumentar ao máximo a resiliência- podem acontecer inundações, incêndios, entre outros, que a nossa rede está completamente protegida e isolada dos fenómenos/ eventos extremos- e, ainda, para minimizar tudo o que sejam impactes ambientais associados a uma rede à superfície. Em jeito de suma, mais euros, mais segurança, menos CO2."**

Pedro Fontes, diretor de Inovação da EPAL, na apresentação do projeto EPAL 0%

Hugo Costa, presidente da Assembleia Municipal de Tomar, durante a sua intervenção

Os contratos agora firmados são relativos às empreitadas:

- "Empreitada de Conceção/ Construção da Unidade de Produção de Energia Elétrica de Fonte Foto Voltaica para autoconsumo da Captação de Valada- Tejo (850 KW AC) e da unidade de produção de Energia elétrica de Fonte Fotovoltaica para autoconsumo da ETA de Vale da Pedra (650 KW AC), incluindo serviços de Operação e Manutenção". A empreitada será adjudicada ao CONSÓRCIO MANVIA/IMAGE4ALL", constituído pela empresa MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A., anteriormente denominada "MANVIA - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.", e pela empresa IMAGE FOR ALL - Eficiência Energética, Comunicação e Imagem, Lda, no valor de €1.947.345,75 (um milhão novecentos e quarenta e sete mil trezentos e quarenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos);
- "Empreitada de Conceção/ Construção para instalação de Infraestruturas de telemetria e Criaçãodo Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), e Serviços associados", adjudicada à "SIEMENS, S.A." por €3.249.875,00 (três milhões duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco euros);
- "Empreitada de Conceção Construção da Duplicação do canal de água bruta, da unidade de produção para autoconsumo constituída por gerador de energia elétrica de fonte hídrica (100 kW AC) e gerador de energia elétrica de fonte fotovoltaica (600 kW AC) da ETA de Asseiceira e interligações em média tensão, incluindo serviços de operação e manutenção", adjudicada à "EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A."no valor de €3.920.714,48 (três milhões novecentos e vinte mil setecentos e catorze euros e quarenta e oito cêntimos).

João Galamba, deixou largos elogios ao projeto EPAL 0%

João Galamba, agora Ministro das Infrestruturas, partilhou com todos o "**enorme gosto e alegria de ver este projeto a acontecer. É o entusiasmo do nosso trabalho refletido em oportunidades de empresas para produzir energia de forma mais sustentável, mais barata e ver que, a partir desse caminho, encontram-se um conjunto de soluções com fortes sinergias com esse projeto inicial e percebe-se a interligação de tudo. A partir da energia, abre-se um conjunto de novos caminhos na economia circular e na valorização de matérias-primas. O EPAL 0% é o tirar pleno partido de todas as potencialidades que esta extraordinária transformação energética tem. Ver uma Empresa pública transformar o seu funcionamento e alinhar os seus departamentos de inovação, engenharia, de obra e energia é um exemplo prático de inovação em movimento. É um exemplo vivo da extraordinária oportunidade que é a transição energética. Parabéns EPAL!"**

Programas como o EPAL 0% demonstram a consistência e o compromisso das equipas da EPAL face aos desafios da descarbonização energética e trazem claros benefícios ambientais e económicos, para além do aumento da resiliência de todo o sistema de abastecimento face às alterações climáticas ou outros eventos. ●

Alterações Climáticas e impacto na área de influência e gestão de ativos da EPAL e AdVT

RUI MIRA E VANDA BARROSO DGA

Todos os dias somos surpreendidos com eventos extremos um pouco por todo o Planeta. Chuvas torrenciais, antecedidas por secas extremas no mesmo local, saraiva de dimensão significativa, tornados em locais onde eram pouco frequentes há uns anos atrás, furacões a dirigirem-se para a Europa Ocidental e, por Portugal Continental, uma seca crónica, sem precedentes, com níveis de água no solo e nas albufeiras a rondar os 0%!

A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC), e as negociações em curso sobre o regime climático, têm como objetivo de longo prazo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático. Para atingir esse objetivo, a temperatura global anual média da superfície terrestre não deverá ultrapassar 2 °C em relação aos níveis pré-industriais.

Analisando-se o gráfico da Fig. 1, podemos facilmente constatar que, após a Revolução Industrial (século XVIII), a subida da temperatura média do ar no Planeta tornou-se exponencial, claramente apontando a causa da mesma para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa.

Efetivamente, para fazer face ao problema das alterações climáticas existem, essencialmente, duas linhas de atuação – Mitigação e Adaptação. Enquanto a mitigação é o processo que visa reduzir a emissão de GEE para a atmosfera, a adaptação é o processo que procura minimizar os efeitos negativos dos impactes das alterações climáticas nos sistemas biofísicos e socioeconómicos.

Portugal enfrentou, ao longo do séc. XXI várias situações de seca meteorológica, encontrando-se a região sul do território em seca praticamente crónica há vários anos.

A temática das alterações climáticas torna-se ainda mais crítica quando falamos de origens de água com usos partilhados, principalmente ao nível da produção hidroelétrica e consumos agrícolas, pelo que monitorizar é importante e a Gestão de Ativos da EPAL e AdVT tem essa atribuição e competência.

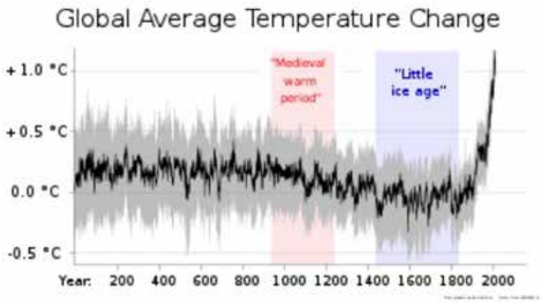


Fig.1 – Variação da Temperatura Média do Ar ao longo dos séculos

Fig.2 – Relatórios de Acompanhamento das Alterações Climáticas (RAAC)

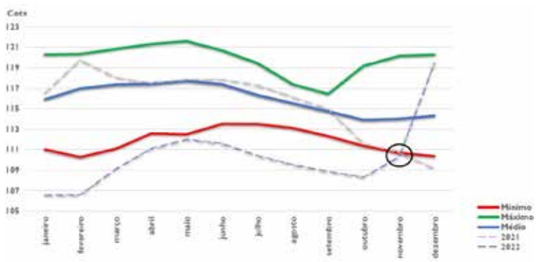


Fig.3 – Gráfico de exploração da Albufeira de Castelo do Bode

Na área de influência da EPAL e AdVT, a situação de seca meteorológica, e principalmente, hídrica, foi um enorme desafio ao longo do ano hidrológico 2021/2022. O acompanhamento dos níveis armazenados nas albufeiras da EPAL e AdVT, bem como dos volumes afluentes e efluentes (produção de energia hídrica, rega, consumo EPAL/AdVT) mereceu, consequentemente, especial relevância, tendo a informação sido disponibilizada através dos respetivos Relatórios de Acompanhamento das Alterações Climáticas (RAAC).

Com efeito, através desta monitorização, foi possível identificar uma queda muito significativa no nível de armazenamento da Albufeira de Castelo do Bode entre outubro e novembro de 2021, abaixo dos mínimos históricos. De imediato este alerta foi transmitido superiormente e efetuados os contactos com os Stakeholders. Daí resultaram um conjunto de medidas, nomeadamente, controlo diário dos volumes armazenados da albufeira e de alteração do regime de produção hidroelétrica, elaboração de relatórios semanais com evoluções expectáveis em termos de consumo e produção de energia, bem como autonomia da albufeira, entre outros.

O acompanhamento diário é efetuado através do gráfico de exploração da albufeira de Castelo do Bode, no qual são identificados máximos, médios e mínimos históricos mensais (linhas verde, azul e vermelho, respetivamente) entre janeiro de 2006 e setembro de 2021 e sobrepostos os dados reais verificados nos últimos dois anos e de forma contínua, salientando-se que o nível de alerta máximo é decretado assim que a cota se aproxima da linha vermelha. Na figura 3, é possível identificar o momento chave, em novembro de 2021, no qual as cotas desceram para valores mínimos desde 2006, entrando assim numa situação de criticidade elevada que durou até precisamente novembro de 2022, quando a recuperação se deu nos níveis de armazenamento da albufeira devido à elevada precipitação registada.

Também nas albufeiras da AdVT foram analisadas as variações de nível, principalmente nas de uso partilhado, o que em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, entidades gestoras em alta e baixa e municípios, permitiu ultrapassar com sucesso uma situação que se tornava crítica.

De referir que a situação em algumas albufeiras aproximou-se do nível máximo de alerta, mas devido a um conjunto de medidas que visaram o combate à água não faturada, à utilização regrada do recurso hídrico e à sensibilização da população, a situação foi contornada, com a chegada da tão desejada precipitação.

Na figura 4 exemplifica-se a análise para as albufeiras da Beira Alta (3º trimestre 2022).

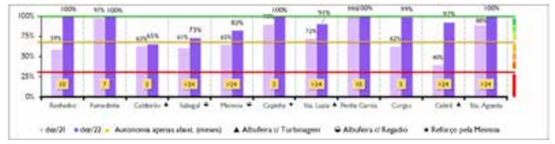


Fig.4 – Análise para as albufeiras da Beira Alta (3º trimestre 2022)

Este acompanhamento elaborado pela DGA (Direção de Gestão de Ativos) em articulação com DOA (Direção de Operações de Abastecimento de Água), resulta do registo diário de níveis e autonomia remanescente das albufeiras, bem como da modelação que engloba parâmetros meteorológicos e de variações de volumes armazenados, para os meses vindouros, por forma a antecipar a possibilidade de cenários críticos.

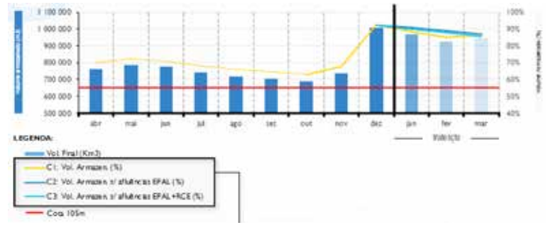


Fig.5 – Modelação realizada a dezembro para a Albufeira de Castelo do Bode

A modelação realizada utiliza o output do modelo europeu ECMWF/IFS a 6 meses de distância, em termos de anomalia de precipitação e temperatura para as capitais de distrito da AdVT, e cruza esses mesmos dados com a matriz mensal do IPMA para os mais variados anos civis, na perspetiva de identificação de períodos mensais homólogos.

Na figura 5, exemplifica-se a modelação realizada a dezembro para a albufeira de Castelo do Bode:

Atualmente, esta monitorização e estabelecimento de níveis de alerta é elaborado de forma manual em ficheiros de excel, no entanto encontra-se em curso o desenvolvimento do módulo "Clima" no WP (Water Performance), num trabalho conjunto DGA, DOA e DSI, no sentido de automatizar e sistematizar toda a informação e níveis de alerta.

De facto, a monitorização e o conhecimento que daí advêm são fundamentais para uma efetiva Gestão de Ativos, que complementada com a realização de estudos (estudo stress hidrico 2022, estudo cunha salina 2023) e inspeções/avaliações das origens subterrâneas, são inputs fundamentais aos Planos Estratégicos previstos realizar no próximo triénio na EPAL e AdVT:

Master Plan do Sistema de Abastecimento da EPAL e Oeste

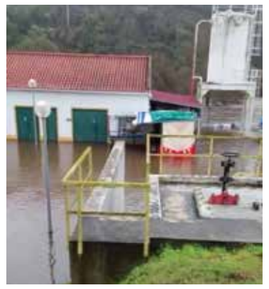
Plano Diretor Sabugal

Plano Diretor Monte Novo e Vigia

Plano Diretor Póvoa e Apartadura

Plano Diretor Santa Águeda, Penha Garcia e Meimoa

Efetivamente, um dos efeitos previstos para as alterações climáticas passa, claramente, pela persistência de tempo seco no nosso território (em períodos cada vez mais longos), precedidos por períodos de forte precipitação e muito concentrada, pelo que o desenvolvimento de estudos estratégicos para uma maior resiliência dos Sistemas de Abastecimento de Água é fundamental.



Inundação da ETAR Ponte de Sor (13 de dezembro de 2022)

De facto, a partir do início do ano hidrológico 2022/2023 (1 de outubro), a situação inverteu-se bruscamente, com a chegada da precipitação intensa, com pico no mês de dezembro e com as consequências por todos conhecidas. Em Lisboa, por exemplo, dezembro de 2022 foi o 2º mês com maior precipitação desde que há registos, com algumas estações a passarem mesmo o máximo histórico e com isto, as albufeiras passaram de uma situação de escassez para excesso em pouco tempo, encontrando-se atualmente todas em níveis de praticamente pleno armazenamento.

Ora,se por um lado esta precipitação trouxe boas notícias ao Abastecimento de Água, o mesmo não se pode dizer para o Saneamento e o seu impacto ao nível das afluências indevidas.

Os sistemas de drenagem urbana indiciam particular vulnerabilidade aos impactos diretos das alterações climáticas, associados ao possível aumento da frequência e intensidade dos fenómenos extremos de precipitação de curtas durações, à previsível subida do nível médio das águas do mar e ao provável aumento de temperatura.

No que se refere especificamente ao sistema multimunicipal de águas residuais sob gestão da EPAL/AdVT, este é confrontado com a entrada indevida de água nos coletores resultante de eventos de precipitação ou dos níveis freáticos, seja através de ligações diretas de coletores/ramais pluviais às câmaras de visita, seja através de infiltrações na rede de drenagem decorrentes de anomalias estruturais ou construtivas. Estudos recentes têm demonstrado que o aumento dos eventos de precipitação de maior intensidade associados ao crescimento da impermeabilização das bacias potenciam o risco de inundações urbanas, os riscos de descarga de águas residuais para o meio recetor por falta de capacidade de transporte e os riscos inerentes à saúde humana e ao meio ambiente.

As entradas indevidas de maré nas redes de drenagem separativas domésticas que se desenvolvem nas zonas costeiras, através de pontos de descarga ligados diretamente ao meio recetor (descarregadores) e de infiltração de água salina nos coletores através de anomalias estruturais, assumirão maior expressão perante o previsível cenário de subida do nível médio das águas do mar, contribuindo para um menor desempenho hidráulico e sanitário dos sistemas e para a degradação das infraestruturas e equipamentos, a que se associa um incremento dos custos de bombagem e de tratamento.

O ano hidrológico que decorreu entre outubro de 2021 e setembro de 2022 foi o mais seco dos últimos 5 anos na área de concessão da AdVT, com uma precipitação média de 473 mm, e aquele para o qual se registou o menor volume de águas residuais recolhidas nas instalações de tratamento, no mesmo período, com cerca de 37.443.661 m^3 (Fonte: Controlo de Afluências Indevidas 2021/2022).

Por outro lado, a precipitação média só nos meses de novembro e dezembro de 2022 alcançou os 354 mm, tendo o volume recolhido nas ETAR da AdVT atingido cerca de 10.642.610 m^3. Constatou-se ainda que o volume de águas residuais recolhido para tratamento no mês de dezembro (6.372.834 m^3) foi quase três vezes superior ao volume médio mensal de tempo seco, o que é demonstrativo da expressão das afluências indevidas de origem pluvial no sistema multimunicipal nos dois últimos meses de 2022.

Estes fenómenos extremos de precipitação de curta duração, principalmente durante o mês de dezembro, causaram um impacte significativo na continuidade e qualidade do serviço prestado pela AdVT, tendo sido responsáveis por um aumento do consumo de recursos (energia), por encargos adicionais para a entidade gestora e utilizadores do sistema, para além de terem potenciado a descarga de água residual não tratada para os meios recetores.

As alterações climáticas são cada vez mais uma realidade e têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o Planeta e a humanidade enfrentam. A responsabilidade da EPAL/AdVT na garantia da qualidade de serviços implica assim a permanente monitorização e avaliação para corresponderem a um acréscimo de resiliência, flexibilidade e adaptabilidade dos Sistemas (AA e AR), dos Ativos e do Capital Humano. ●

Património Cultural da Água
Rios com História
Rio Douro

PEDRO INÁCIO MDA

Nasce nos picos da Serra de Urbión, na província espanhola de Sória, a 2160 metros de altitude, e atravessa o norte de Portugal até a sua foz, junto às cidades do Porto e Vila Nova de Gaia. É o terceiro rio mais extenso da Península Ibérica. Possui 897 km de comprimento, sendo 572 km em solo espanhol, 213 km navegáveis em território português e 112 km em regime internacional. A sua bacia hidrográfica é de 97 603 km², ocupando em território português uma superfície aproximada de 18 643 km², o que corresponde a cerca de 19,1% da sua área total. O Douro tem vários afluentes destacando-se, na sua margem direita, os rios Sabor, Tua, Pinhão, Tâmega, Sousa e Tinto e, na margem esquerda, os rios Inha, Torto, Távora, Varosa, Bestança e Paiva.

A navegabilidade do rio Douro

A via navegável do Douro, inaugurada em 1990, perfaz em toda a sua extensão 210 quilómetros, desde Barca d'Alva até à cidade do Porto. No entanto, a partir da albufeira da barragem de Miranda e ao longo de 14 Km para montante, é possível navegar nas águas do Douro Internacional. Neste percurso podem-se observar diferentes espécies de aves de rapina, tais como abutres, grifos e águias, que vivem ou nidificam nas escarpas das duas margens do rio.

O rio Douro e as suas barragens

Para um melhor aproveitamento hidrelétrico e de navegabilidade, foram construídas várias barragens ao longo do seu percurso. No troço do Douro internacional, podem-se observar as seguintes: Miranda do Douro, Picote, Bemposta, Aldeiadávila e Saucelle. Já em território exclusivamente português, localizam-se as barragens do Pocinho, Valeira, Régua, Carrapatelo e Crestuma-Lever.

A Região Vinhateira do Alto Douro

Em 14 de Dezembro de 2001, a Região Vinhateira do Alto Douro (45°68' N, 5°93' W) foi classificada, pela UNESCO, como Património da Humanidade, na categoria de paisagem cultural. Esta região, com mais de 26 mil hectares, produz o famoso e mundialmente conhecido vinho do Porto. As suas origens remontam à segunda metade do século XVII, altura em que o Vinho do Porto começa a ser produzido e exportado em quantidade, especialmente para a Inglaterra.

A Ponte de Arrábida

Ao longo do seu extenso percurso, o rio Douro é atravessado por diferentes pontes. Entre as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia, existem seis travessias famosas pela sua arte e pelo seu engenho, como sejam as pontes da Arrábida, de D. Luis I, do Infante D. Henrique, de Dª. Maria, de S. João e do Freixo. A ponte da Arrábida, projetada pelo célebre engenheiro Edgar Cardoso, foi considerada no tempo da sua construção, em 1963, a travessia com o maior arco do mundo construído em betão armado. ●

"Balada do Rio Douro"
Que diz além, além entre montanhas,
O rio Doiro à tarde, quando passa?
Não há canções mais fundas, mais estranhas,
Que as desse rio estreito de água baça!...
Que diz ao vê-lo o rosto da cidade?

Versos do poeta
Pedro Homem de Mello (1904-1984)

O Centro Ambiental Hispano-Luso é um complexo turístico ambiental, situado junto ao cais fluvial de Miranda do Douro. Aqui realizam-se cruzeiros numa embarcação especialmente concebida e preparada para atender às características especiais desta área do Parque Natural do Douro Internacional.

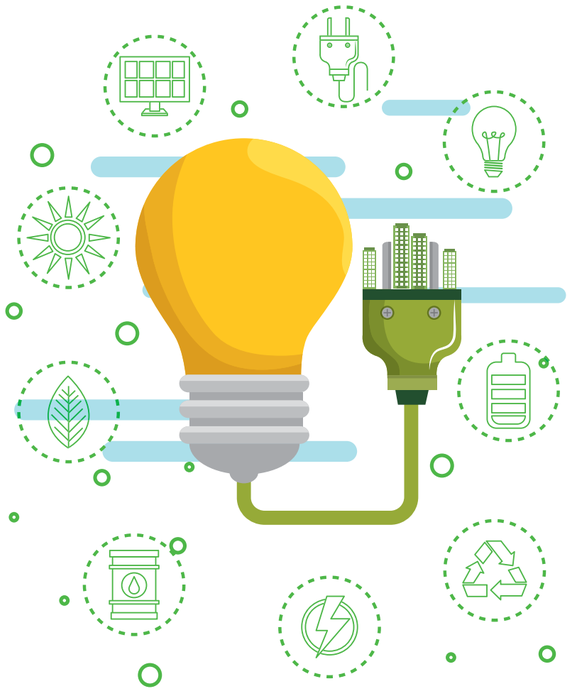
A paisagem do Alto Douro Vinhateiro, próxima de Torre de Moncorvo. Para além deste município, fazem parte desta esta região classificada mais doze concelhos: Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real, Alijó, Sabrosa, Murça, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

A construção da barragem do Picote foi iniciada em 1954. Encontra-se implantada num vale encaixado entre margens muito abruptas. Em 1958, foi o primeiro aproveitamento hidroelétrico a entrar em serviço no rio Douro.

Vista da Ponte da Arrábida, a última travessia sobre o rio Douro, antes da sua chegada à foz. Na sua construção, iniciada em março de 1957, foram gastos cerca de 20 mil toneladas de cimento, 58.700 m³ de betão armado e 4450 toneladas de aço.

Participação do Grupo Águas de Portugal no Mercado de Reserva de Regulação

BÁRBARA SOFIA LOPES AdP ENERGIAS



O equilíbrio instantâneo entre a produção e o consumo é uma condição técnica necessária para garantir o bom funcionamento do sistema elétrico nacional. Anteriormente, contribuía para este equilíbrio o serviço de interruptibilidade, o qual consistia na redução voluntária pelo consumidor do seu consumo de eletricidade, em resposta a uma indicação dada pelo Operador da Rede de Transporte. Atualmente, existem três tipos de reserva para assegurar o equilíbrio entre a produção e o consumo.

Por razões históricas, os serviços de sistema são tradicionalmente prestados pelos produtores de energia. No entanto, em 2019, a ERSE lançou o Projeto-Piloto para participação do consumo na componente da reserva de regulação do mercado, o qual permitiu alargar aos grandes consumidores (com capacidade de oferta ≥ 1 MW) a participação neste mercado, em linha com o que tem sido desenvolvido no mercado europeu.

A participação na reserva de regulação do mercado consiste na possibilidade dos grandes consumidores poderem apresentar ofertas à REN, tanto para aumentar como para reduzir os consumos durante períodos de uma hora, que tem subjacente um preço para prestar tal serviço, refletido sobre o custo da energia correspondente, em EUR/MWh. Estas ofertas poderão ser mobilizáveis pela REN, se o sistema elétrico necessitar de algum equilíbrio, até 15 minutos antes do início da hora.

No Grupo AdP, participam no projeto 4 empresas com 5 infraestruturas: a ETA de Areias de Vilar (AdNorte), a ETA de Lever e a EE de Jovim (ambas da AdDP), a ETA da Boavista (AdCL) e a EE de Beliche (AdA).

Estas empresas têm apresentado propostas/ ofertas para aumento e/ ou para diminuição de consumo, sendo o preço proposto influenciado pelo preço de energia contratualizada com o comercializador de energia e das tarifas de acesso a redes em vigor.

Nas ofertas para aumento de consumo, o preço limiar corresponde ao preço máximo que se está disposto a pagar à REN pela mobilização. No caso do Grupo AdP, um aumento do consumo numa certa hora (A), não previsto no diagrama de cargas, implica a redução do consumo na mesma quantidade de energia noutra hora (B), tendo em conta que a necessidade energética é constante. A definição do preço limiar corresponde no mínimo a este custo evitado.

Nas ofertas para redução de consumo, o preço limiar corresponde ao preço mínimo que se pretende receber da REN pela mobilização. A redução do consumo numa certa hora (A), não previsto no diagrama de cargas, implica o aumento do consumo na mesma quantidade noutra hora (B). O cálculo do benefício económico de uma mobilização para descida de potência é complexo, uma vez que sendo a descida um serviço de rede, o comercializador contratado pelo consumidor tem o direito de cobrar pela energia mesmo que não tenha sido na realidade consumida (isenta de TAR).

A estratégia do Grupo AdP no âmbito do projeto piloto tem sofrido diversos ajustes. Começou por apresentar apenas ofertas para aumento de consumo, tendo paulatinamente apresentado propostas em ambos os sentidos (aumento de consumo ou redução de consumo), o que veio trazer maior flexibilidade à gestão operacional das infraestruturas referidas.

Desde o início da sua participação no projeto foram apresentadas 7.656 ofertas para aumento de consumo, das quais 25% foram mobilizadas, envolvendo 5.096 MWh de energia e uma poupança de 244.812 EUR.

Já para redução de consumo foram apresentadas 6.293 ofertas, tendo sido mobilizadas 36%, envolvendo 6.802 MWh de energia e representando um benefício para o Grupo de 1.350.075 EUR.

Os benefícios resultantes deste projeto vão bem além deste benefício económico. Para além da poupança, este projeto revelou-se uma grande mais-valia para o aumento da flexibilidade na operação das infraestruturas.

Anteriormente, estas infraestruturas tinham rotinas pré-estabelecidas para evitar o consumo nas horas de ponta, cujos parâmetros mudavam apenas de verão para inverno. Com o envolvimento no projeto de Reserva de Regulação a gestão operacional das infraestruturas passou a ter de tomar decisões com uma antecedência de apenas 30 minutos, o que obriga a uma tomada de decisão dinâmica (já não se limita apenas ao ligar/ desligar de bombas e outros equipamentos), bem como a um controle ativo dos níveis nos reservatórios (o ligar de uma bomba a uma determinada hora por mobilização da REN, implica reprogramar um novo diagrama de cargas com eliminação ou acréscimo de consumo).

A criação do mecanismo ibérico (uma nova componente na fatura elétrica em resultado da crise energética provocada pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa), cujo valor varia de dia para dia e, em cada dia, de hora a hora e que só é conhecido no dia anterior, obriga a que a gestão da operação tente adaptar o diagrama de carga das infraestruturas, agora diariamente, às horas com menores preços. Tal adaptação só é possível em infraestruturas com flexibilidade de consumo, como é o caso das infraestruturas de abastecimento de água. Esta flexibilidade será, no futuro, ainda mais importante, na medida em que tentará otimizar os diagramas de carga aos perfis de produção de energia renovável, em resultado do Programa ZERO do Grupo AdP, de forma a evitar a venda de excedentes de energia à rede. ●

Chegámos ao "Águas Livres" número 300, um importante marco na vida do nosso Jornal.
Não nos iremos debruçar sobre a história e propósito da sua existência, temas já abordados em anteriores edições, mas sim na Equipa que todos os meses trabalha para lhe fazer chegar uma peça de comunicação única. Atualmente, o "AL" conta com a participação de 30 correspondentes, da Guarda a Évora, que asseguram que o Jornal abarque a maior diversidade de conteúdos possível e que espelhe aquele que é o trabalho de todos nós. De realçar ainda que conta com a colaboração de diversos colegas que, não sendo correspondentes, e sendo especialistas em determinada matéria, dão o seu inestimável contributo no sentido de ajudar a fazer chegar a suas mãos, com o máximo rigor, notícias de todas as áreas da EPAL/AdVT.
Nesta edição mostramos-lhe os rostos da nossa Equipa, os nossos colaboradores permanentes.

Ana Pina e Raquel Simões
Direção do "Águas Livres"

Miguel Costa
Direção da Academia das Águas Livres

Sofia Pereira
Direção Comercial

Carla Marques

Conceição Martins

Susana Fé

Raquel Gil

Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental

Carla Martins

Sandra Hilário

Direção Administrativa e Financeira

Paula Serrinha
Direção de Compras e Logística

Maria Silva
Direção de Gestão de Ativos

Miguel Borges
Direção de Inovação e Desenvolvimento

Catarina Eusébio

Joaquim Baetas

Rosário Cabeças

Direção de Operações de Abastecimento de Água

Maria João Botelho
Direção de Operações de Saneamento

José Ferreira
Direção de Património

Ana Rego

Luísa Gouveia

Direção de Recursos Humanos

Lília Azevedo
Direção de Sustentabilidade Empresarial

Carolina Mendes
Direção de Sistemas de Informação

Ana Margarida Jorge
Direção de Laboratórios

Margarida Filipe Ramos
Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Ana Conde

Luís Avelar
Direção de Engenharia

Mónica Gualdino

José Marcelino
Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Alcino Meirinhos

Claúdia Falcão
Direção de Manutenção

Paulo Almeida

Andreia Oliveira
Direção de AQUAMATRIX

"AL"

Telma Correia, jurista de formação, é vogal dos Conselhos de Administração da EPAL e Águas do Vale do Tejo desde 2020. Antes de ingressar na EPAL/AdVT, exercia as funções de subdiretora-geral das Autarquias Locais.

Tem 48 anos, é natural de Lisboa, e cresceu e fez a sua vida na Amadora, onde atualmente reside. É casada, tem 1 filho de 11 anos que diz ser, não contendo um sorriso rasgado, "a criança mais bonita que conheço". Entre os seus hobbies, destaca a leitura, o cinema e o desporto. Foi judoca federada, salientando que esta modalidade desportiva a "preparou para muitas lutas".

Tem como lema de vida "a sorte dá muito trabalho", uma máxima que transpõe para todos os projetos a que se dedica.

Foram as negociações do Acordo de Empresa e do Acordo Coletivo de Trabalho que nos levaram a uma longa conversa que ficou pautada pela sua simpatia e inegável orgulho de ver, finalmente, ser "devolvido aos Trabalhadores algum poder de compra num quadro macro-económico tão singular".

"Águas Livres" (AL): O seu mandato fica marcado por se ter chegado a um acordo relativamente à valorização salarial dos Trabalhadores abrangidos pelo Acordo de Empresa (AE) da EPAL. Ao fim de 12 anos sem negociações, qual é o sentimento do Conselho de Administração (CA) em relação a todo o processo negocial e à sua concretização?

Telma Correia (TC) - Estamos muito satisfeitos. A última alteração de fundo da tabela do AE data de 2009! Estas negociações incidiram sobre as cláusulas de expressão pecuniária. Eram negociações que estavam abertas desde 2019 e não se chegava a bom porto por questões que ultrapassam a Administração ou qualquer um dos Conselhos de Administração que acompanhou este processo. Nunca existiu uma definição clara daquela que era a nossa margem para negociar. Portanto, o que é que podíamos colocar em cima da mesa como proposta negocial? No final de 2021, houve autorização para chegar a um acordo que impactasse em cerca de 0,9% da massa salarial. Em dezembro de 2021 promovemos essa discussão com os sindicatos, mas, naturalmente, esta proposta estava muito longe daquilo que eram as propostas dos sindicatos e, portanto, foi impossível concretizar. O mesmo, ainda que com moldes diferentes, aconteceu em dezembro de 2022. Foi um ano pautado por interações, dentro do Grupo e com as Tutelas, no sentido de percebermos que "balizas" é que podíamos ter, e chegamos ao final do ano com um repristinar do modelo de 2021, mas agora com a possibilidade de fechar acordos com 1,2% de aumento em toda a tabela. Ficava aquém das propostas apresentadas pelos parceiros sociais mas, agora, existia a possibilidade de, na falta de acordo, se aplicar por ato de gestão. Nessa sequência, em dezembro 2022, o Conselho de Administração aprovou por ato de gestão um aumento 1,2% com efeitos a janeiro de 2022 nas tabelas salariais. Os 1,2% não foram, de todo, o "alfa e o ómega" de um aumento, mas foi um começo e, porque uma vez que estamos em 2023 com percentuais de aumento bastante mais significativos, não nos podemos esquecer que estes valores que agora conseguimos atingir acrescem aos 1,2% de dezembro.

Influenciando diretamente estes Acordos temos, em outubro de 2022, celebrado em sede de Concertação Social o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade que previa que o setor empresarial promovesse – tratando-se de um Acordo Plurianual – aumentos salariais para 2023 na ordem dos 5,1%.

Ainda em Outubro de 2022 é celebrado com os mesmos parceiros sociais, e na mesma lógica, o Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública. É relevante para nós não por nos ser aplicado, mas porque ensaia um modelo de distribuição da massa salarial, portanto, distribuição dos aumentos desigual, no sentido de beneficiar as bases das carreiras e os níveis remuneratórios mais baixos e intermédios.

Quando chegamos a dezembro de 2022, sai então um despacho das Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças para o setor empresarial do Estado, inspirado por estes movimentos que têm como tronco comum um aumento de massa salarial de 5,1% para 2023.

Estas realidades decorrem da forte aposta nacional na melhoria dos salários. Os salários em Portugal comparam mal com os salários da União Europeia. O nível salarial é um fator de competitividade, mas uma competitividade em sentido diferente daquela que durante décadas foi apresentada. Ao longo de anos defendia-se que o facto de termos vencimentos mais baixos era um fator de competitividade positivo, ou seja, "nós eramos tão mais competitivos quanto mais barata fosse a nossa mão de obra". Na prática essa premissa é válida para uma produção industrial em massa, que imensos países se especializaram em fazer, e o discurso foi sendo ajustado. Neste momento, o que se valoriza já não é produção em massa, mas o valor que se acrescenta à produção. Os salários em Portugal devem acompanhar este acréscimo de valor que se pretende e, é este tema do salário e da competitividade, ou da capacidade de atrair e reter talento, que é tema nos países que se querem na charneira do espaço europeu.

Tenho preocupações sociais profundas que se prendem com a minha matriz de pensamento: não é suposto, numa sociedade decente e que num país e numa Europa que se querem de referência no quadro dos direitos laborais e sociais, continuemos a ter pessoas que penam para chegar até ao final do mês com o produto do seu salário.

Há toda uma preocupação nacional, da qual, naturalmente, o CA da EPAL comunga, relativamente ao tema da valorização salarial. A Empresa sempre se assumiu como líder e é impensável termos problemas de competitividade com outros players do setor, designadamente, privados.

Claro que na dimensão AdP todas estas necessidades assumem proporções maiores, porque o perfil remuneratório da maior parte dos Trabalhadores do Grupo não é igual ao da EPAL, particularmente no que aos operacionais diz respeito.

"AL" - Na EPAL, como também na Águas do Vale do Tejo, a concretização destas negociações era há muito aguardada. Quais são os principais pilares do AE e qual a importância destas negociações para os Trabalhadores? Há mais alterações para além do aumento salarial?

TC - No AE a negociação que tínhamos aberta estava circunscrita às cláusulas de expressão pecuniária, a bom rigor, tabela salarial e, eventualmente, subsídios complementares. Há aqui uma ideia de base que quero sublinhar: tanto no AE, como no Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo Águas de Portugal, a grande preocupação foi aumentar salários, porque é "O" salário. Há muita sensibilidade em relação a subsidios, mas é "O" salário que acompanha os Trabalhadores. Quando se aposentarem é sobre o seu salário bruto que a sua aposentação será calculada. Se o Trabalhador tiver uma vicissitude e ficar de baixa, é a partir do salário bruto que lhe é paga a baixa e não sobre as ajudas de custo e outros subsidios complementares. Deixo isto bem sublinhado porque creio ser tema até para uma possível renegociação do AE.

As "balizas" para entrarmos nesta negociação, num Acordo como no outro, foi o despacho das Secretarias de Estado do que autoriza o setor público e empresarial do Estado a promover aumentos salariais que não impactem em mais que 5,1% da massa salarial. Aqui entra

"Não é suposto, numa sociedade decente e que num país e numa Europa que se querem de referência no quadro dos direitos laborais e sociais, continuemos a ter pessoas que penam para chegar até ao final do mês com o produto do seu salário."

tudo, entra salário, entram os efeitos de aumento de salário em todos os complementares, por exemplo, para alguns abonos, como turnos e prevenção. E entram os encargos sociais acrescidos, resultantes do acordo, entram um leque de componentes que tinham que ficar contidos nos 5,1%.

As negociações foram sempre regidas por um profundo pragmatismo, tanto do CA, como da comissão negociadora do ACT, como também, da parte dos parceiros, ou seja, todos sabíamos que, se a conta final ultrapassasse 5,1% já não passava. Agora a questão de fundo era: Como é que se aplicam estes 5,1%?

Foi assumido pelas empresas, pelo CA da EPAL e no quadro do Grupo uma modalidade pouco clássica, mas mais adaptada à atualidade. O modelo clássico seria: víamos mais ou menos qual era o impacto nos variáveis -por exemplo, que no caso do AE, os variáveis impactam em cerca de 2%, isto é, cada vez que mexe no indexante A1 ou no Salário Base, temos 2% de "efeitos indiretos". Portanto, isto é acupuntura salarial (risos)! Toca-se num ponto que replica em várias componentes. A negociação clássica levar-nos-ia a considerar que entre 1,80% a 2% dos 5,1%, tinham de ficar cativos desde logo para impactos indiretos e depois propunha-se, uma atualização na tabela na ordem dos 3/2,3/1,3%.

Foi importante seguirmos a boa prática e um modelo semelhante ao do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, ou seja, concretizar aumentos maiores nos níveis remuneratórios mais baixos, não esquecendo os intermédios.

O modelo redistributivo foi mais alargado no quadro do AE do que no ACT, o que se prende com o perfil remuneratório e com as características de cada um dos acordos.

No AE, o que colocámos logo em cima da mesa foi uma proposta que aderia completamente aquilo que tinha sido o acordo de Valorização da Administração Pública, em que tínhamos como base de aumento os 52€ ou 2% para a tabela toda, dependendo do valor que fosse mais elevado e um aumento acrescido para os quadros. Ainda assim, nas contas que fizemos nesta altura, na negociação do Acordo de Empresa sobravam-nos ainda assim 0,5% de massa salarial para distribuir.

Perguntámos aos Sindicatos como é que achavam que estes 0,5% deveriam ser distribuídos. Apresentaram, sem grande surpresa e também aderindo àquela que era a nossa ideia, uma ideia de distribuição deste excedente nas bases – técnicos operacionais e técnicos especializados.

Tivemos algumas propostas de aumento de subsídios, que desconsideramos por causa do tema " O" salário. A grande preocupação era abranger o máximo possível de Trabalhadores com justiça e equidade, ou seja, diferenciando o que necessariamente é diferente – por exemplo, um trabalho por turnos é mais exigente até do ponto de vista da conciliação da vida pessoal e profissional, do que um trabalho em horário flexível e diurno. Mas dispersar toda esta possibilidade de distribuição pelos complementares ia fazer com que consumíssemos parte significativa da massa salarial em abonos que não são universais.

Na EPAL há muita estima pelos subsídios: foram muitas vezes a solução para atender a uma questão em concreto, e a verdade é que, hoje, muitos dos nossos Trabalhadores têm recibos de vencimento que são duas páginas A4! Ressalvo, uma daquelas páginas não vai acompanhá-los para o resto da vida e por isso, o lema para 2023 foi Reforçar Salários.

No Acordo de Empresa da EPAL também existia uma outra preocupação: não há razão nenhuma para que não se valorizem também os nossos quadros. Os nossos quadros não têm, por força das suas funções, tantos complementos e a própria EPAL perde competitividade no

> "Tanto no Acordo de Empresa como no Acordo Coletivo do Grupo Águas de Portugal, a grande preocupação foi aumentar salários."

mercado de trabalho, na sua capacidade de captar e reter talento. A EPAL é referência do setor e tem de contar com os melhores ativos nos seus quadros. Retomando, a preocupação dos Sindicatos era distribuir os 0,5% pelos níveis remuneratórios mais baixos. O CA acompanhou esta preocupação e, para além disso, fez um acerto no aumento inicialmente proposto em quadros, porque correspondia aos 104€ previstos em 2023 no Acordo de Valorização da Administração Pública mais reposicionamento em nível. Em análise mais aprofundada constatou-se que esta solução "descalibrava" toda a carreira de quadros, porque o AE tem uma série de progressões automáticas. A partir do momento em que um quadro mudasse de nível por esta via, ficava descalibrado o seu percurso "natural" que teríamos, depois, de corrigir, provocando assimetrias no próprio aumento de Quadros.

Optámos por colocar um valor único para Quadros, permitindo-nos colocar um valor único na tabela, deixar os quadros no nível e no escalão em que se encontram, de forma a não comprometer o seu percurso de carreira expectável nos termos do AE.

Deste ajuste, resultaram também verbas que também foram encaixadas nos 0,5% o que nos permitiu incrementar o valor inicial de 52€, para Técnicos Operacionais Especializados, para os 65€ e um valor para os quadros de de 105€.

"AL"- Já as negociações do ACT tiveram moldes distintos...

TC - Nas negociações do ACT participei como membro da Comissão Negociadora, presidida numa primeira fase pela Dra. Carla Correia e numa fase subsequente pelo Dr. Pedro Vaz, administradores da SGPS. Integrava os administradores com a área de RH das Águas do Norte, Dr. Filipe Araújo e Silva e da Simarsul, Dr. João Afonso. Foi um trabalho intenso e amplamente participado, contando com o alinhamento de todos na demanda das soluções mais justas e adequadas. O ACT tem uma realidade de partida muito diferente: um universo de mais de 3000 trabalhadores, no qual 411 estavam em nível igual à Retribuição Mínima Mensal Garantida, não porque tivessem entrado agora, mas porque, sem prejuízo de terem evoluído na carreira, os níveis onde estavam foram sendo consumidos pelo salário mínimo nacional. Ou seja, as pessoas avançavam por avaliação de desempenho, para no mês seguinte, verem o colega que tinha acabado de entrar receber o mesmo salário. E isto é importante destacar.

Temos, 75% dos Trabalhadores do Grupo com salários abaixo dos 1300€ e, tínhamos, destes, os tais 411 operacionais nos 760€. Tínhamos ainda, 82 Trabalhadores na carreira técnica - o equivalente, ainda que mal comparado, aos técnicos especializados da EPAL – que auferiam o mesmo valor que os técnicos operativos, ou seja, mecânicos, serralheiros, metalomecânicos a ingressar pelo mesmo valor do técnico operativo e na mesma condição.

75% dos Trabalhadores abaixo dos 1300€, resultava logo no seguinte fenómeno: assim que aplicávamos os 52€ consumia-se parte substancial dos 5,1%. A explicação é simples 52€ num vencimento de 760€ tem um percentual de impacto muito maior e, como o grosso da coluna são os vencimentos mais baixos só a aplicação dos 52€/2% consome parte substancial dos 5,1% disponíveis da massa salarial. Mais, como é nestes perfis remuneratórios que se registaram o maior número de variáveis – os turnos, as prevenções, etc - assim que injetava 52€ verificava-se um aumento percentual maior, seguido de um aumento por réplica nos variáveis do aumento percentual da base. Ora, isto inviabilizou, desde logo, no ACT qualquer proposta adicional de aumento dos técnicos superiores, ainda que parte significativa - também aqui pelo perfil remuneratório dos Trabalhadores do Grupo – dos técnicos superiores do Grupo e não da EPAL tivessem tido uma valorização em 2022 ou por via do reposicionamento da sua base, dos 902€ para os 1232€ - portanto, isto impactou logo todos os técnicos superiores A, ou por via de processos de reclassificação.

Outra coisa que não impactou na AdVT e, muito menos, na EPAL, mas impactou nas outras empresas do Grupo, foi a aprovação em sede do grupo de um regulamento de comissões de serviço. A EPAL, aquando da entrada em vigor da sua nova orgânica já tinha tido a preocupação de calibrar os vencimentos de comissão de serviço ou os valores a pagar aos dirigentes em comissão de serviço, por um referencial semelhante ao que acabou por ser adotado nesse regulamento. Obviamente, que nem todos os técnicos superiores são dirigentes, mas a maior parte dos dirigentes são técnicos superiores, pelo que, em 2022 e durante o ano de 2023 e nas empresas do Grupo Águas de Portugal, os técnicos superiores, ou por via do reposicionamento da base, ou por via de reclassificação ou dos ajustes que foram/serão feitos nos vencimentos que auferiam em funções dirigentes, tiveram ou terão um aumento.

Face a estas realidades, no ACT a opção foi de reforçar o aumento nos níveis remuneratórios mais baixos assegurando, para além dos 52€ ou 2% para todos os trabalhadores, um valor de aumento de 70€ nos salários abaixo dos 1200€, acrescido de uma progressão de adicional dos/as técnicos/as operativos/as e técnicos que tenham uma antiguidade igual ou superior a 10 anos.

Algo que também elenco como muito relevante é reposicionamento dos técnicos com funções diferenciadas para os 944€, portanto, descolando do valor dos técnicos operacionais. Ainda assim, estes últimos por via deste acordo ficam com uma retribuição base de 9,2% acima da remuneração mínima garantida, percentual que já nem na génese do ACT se verificava, onde o valor de recrutamento para o grupo era 5,7% acima da remuneração mínima garantida, da altura. Acaba por haver aqui uma diferenciação positiva muito impactante neste descolar da retribuição mínima mensal garantida.

"AL"- Como foi lidar com dois instrumentos de regulação coletiva tão "pesados" como o AE e o ACT?

TC - Confesso que tive o trabalho muito facilitado tendo em conta este histórico (risos), mas senti-me profundamente realizada por fazer este trabalho. Resultou de um profundo e intenso processo de negociação e empenho que extravasou em muito a EPAL e o Grupo. Quando existem processos que têm muitos protagonistas há sempre um "movimento das placas tectónicas" que às vezes é de uma intensidade tal e implica tanto ruido e tantos avanços e retrocessos que quase nos leva a pensar em canalizar a nossa energia para outras coisas, mas a verdade é que estes são mesmo os temas onde eu acho que devo consumir a minha energia. Sinto uma profunda aptidão para temas que incluam preocupações sociais e, acima de tudo, preocupações sociais que considero justas.

"AL"- Para além da área dos Recursos Humanos, é responsável por outros pelouros, nomeadamente, a DSE, Compras e Logística e Património. Que projetos destaca em cada uma das Direções?

TC - No Património, o grande marco é existir! A Direção está ainda a dar os primeiros passos mas destaco a preocupação com a regularização do ativo patrimonial operacional, principalmente, aquele que veio das empresas extintas.

Destaco ainda o olhar que estamos a dar aos ativos não operacionais. Os imóveis não servem para ficarem fechados ou devolutos, mas para cumprirem um fim social. Os imóveis com aptidão habitacional, servem para habitação, os imóveis sem aptidão habitacional que se integram em áreas de urbanas podem servir a comunidade com fins lúdicos ou entretenimento. E é nestes domínios que a Direção de Património vem dando os seus passos.

Em paralelo, está em curso um projeto para o qual já foi pedida a informação prévia à Câmara de Lisboa, para o recinto Comendador Mor, para lhe ser dada uma função mais útil à comunidade e abrir ali o espaço para utilização da comunidade.

Já na área das Compras e Logística, a grande preocupação foi robustecer o Plano Anual de Compras e de tentar, também, dar resposta às respetivas necessidades. Tivemos aqui um momento de impasse, que se prendeu com publicação do novo CCP e com a necessidade de reformular peças contratuais. Identifico como grandes matrizes destes últimos anos da DCL, a forte preocupação em robustecer o Plano Anual de Compras, ou seja, em afinar os mecanismos de atuação e trabalhar em conjunto com as outras Direções. Dou o máximo valor ao trabalho que aqui é feito porque a EPAL é uma Empresa centenária, mas a contratação pública na EPAL não o é.

A EPAL vivia noutro contexto e as exigências dos tempos compelem-nos a que cada vez mais nos preocupemos com aquilo que muitos refutam como sendo meras formalidades, mas são formalidades que nos blindam. Blindam-nos porque toda a nossa contratação é muito impactante, tratam-se de milhões de euros que a Empresa adjudica anualmente. Há muitas empresas que se robusteceram e se mantém por via da nossa contratação e, por isso, existe uma grande preocupação com a transparência e a saudável concorrência. Uma contratação mais fraca pode colocar a EPAL na contingência de favorecer monopólios, de favorecer um domínio de mercado. E nós não queremos isto. Queremos uma concorrência pujante. Assim, ganhamos todos, e ganha, acima de tudo, a Empresa. Esta dialética, entre a necessidade de encarar o procedimento não como um fim em si próprio, mas como uma forma de garantir uma série de interesses da própria Empresa e a agilização de processos de contratação de forma a não engulhar, sobretudo, o trabalho das Direções mais operacionais nem sempre é tranquila, mas é um trabalho em permanente construção.

No quadro da Direção de Sustentabilidade Empresarial, tenho de relembrar a COVID 19. Entrei em junho de 2020, em pleno contexto pandémico, fiquei profundamente impressionada com as respostas que a EPAL tinha gizado num momento de tanta adversidade, e quando tantas organizações falharam, no dever de proteger os seus Trabalhadores. A EPAL foi exemplar!

Foi exemplar no inicio da pandemia e durante o longo período em que tiveram que ser criadas tantas outras respostas sempre tendo a pandemia como pano de fundo. Neste sentido destaco os modelos de rastreios, os modelos de organização do trabalho, da segurança das instalações, da alimentação, dos EPI, das regras e calendários de desconfinamento.

Todas estas temáticas consumiram parte substancial da atenção e dos recursos da DSE e da DRH durante os anos de 2020 e 2021 que tiveram uma resposta de referência alinhada com as melhores práticas nacionais.

"AL"- Quais eram as expectativas que tinha quando entrou para a EPAL e o balanço que faz destes 2 anos e meio?

TC - Não tinha muitas expectativas, até porque raramente a realidade se encarrega de nos exceder as expectativas. A realidade encarrega-se sim de gorá-las ou de nos proporcionar uma outra coisa que não era aquilo que nós estávamos à espera.

E, portanto, para mim é um grande processo de higiene mental tentar não entrar com expectativas porque isso representa entrar já com um caderno de encargos ou com uma serie de preconceitos, que não nos devem acompanhar, principalmente quando vamos abraçar um desafio novo, numa Empresa nova, com pessoas novas. Gosto muito desta empresa e não vinha do setor.

A EPAL é serviço público no que de melhor o serviço público tem. Todas as pessoas com quem me cruzei estão completamente comprometidas com o destinatário último da sua ação: o cidadão ou o Cliente. E isso para mim é um gosto. Acredito no serviço público, na satisfação de necessidades coletivas, que só podem ser satisfeitas por organizações que não tenham como fim, primeiro e último, o lucro. De facto, se a Empresa fosse privada, a água, eventualmente, continuava a correr, mas não era a mesma coisa. E faz toda a diferença, principalmente quando se trata de um bem-essencial ao dia a dia, às populações. Nós temos presentes preocupações sociais em tudo o que fazemos, o lucro existe, é verdade, mas é um produto e não o fim da nossa ação. O nosso foco é o Cliente, o cidadão, o serviço público porque nós acreditamos mesmo que contribuímos para melhorar a vida das pessoas.

EPAL lança nova Academia e abre espaços verdes para usufruto da Comunidade

"AL"

A EPAL vai reabilitar o antigo Campo de Golfe das Amoreiras, onde ficará localizada a nova Academia das Águas Livres (AAL) e devolver um dos espaços mais nobres da cidade à comunidade. O novo espaço contemplará espaços verdes, restaurante, equipamentos para prática desportiva, entre outras valências, num total de 4 hectares no centro da capital portuguesa. O projeto é uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, reforçando o caminho na defesa da sustentabilidade ambiental da cidade de Lisboa.

A sessão de apresentação pública da nova Academia e de outros 9 projetos que a Empresa tem em curso, decorreu a 25 de novembro nas instalações da futuras instalações da AAL e contou com as presenças e intervenções de José Sardinha, presidente da EPAL, do Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Costa, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, e de Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

Projeto Nova Academia. Cultura da água

A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013.A funcionar até hoje no Recinto do Arco, a escola da EPAL cresceu muito nos últimos anos e, por isso, precisa de mais espaço e de uma nova casa. Apresentamos-lhe a Nova Academia das Águas Livres da EPAL.

Sobre os restantes projetos apresentados:

Bebedouros na cidade. A sua água em qualquer ponto da cidade

Depois de inaugurado o primeiro, a cidade prepara-se para receber novos bebedouros, mais modernos e inclusivos.Já se encontram instalados 50, sendo que, no primeiro semestre de 2023, estará pronta a totalidade de 200 bebedouros.

Aqueduto e Galerias subterrâneas. Os caminhos da água

Até ao início do ano que vem, todo o percurso monumental do Aqueduto das Águas Livres, poderá ser visitado.Depois da tão famosa travessia do Vale de Alcântara, será possível fazer todo o troço do Aqueduto geral, até à emblemática Mãe d'Água das Amoreiras.

Quanto às galerias subterrâneas e seguindo o sucesso do Loreto, o objetivo final é tornar as restantes visitáveis, sendo que a do Rato é já a primeira.

Reabilitação Chafarizes. Património com água

É inegável a importância que os chafarizes tiveram na vida da população e na própria organização da cidade. Foi exatamente a necessidade do acesso à água que os fez surgir. E embora já não cumpram a função para a qual foram criados, continuam a ser importantes enquanto elementos da imagem da cidade e, naturalmente, elementos que continuam a contar uma parte da mais importante história de Lisboa.É por isso, da maior importância devolver-lhes a imponência que outrora tiveram, reabilitando-os. Os primeiros já estão como novos (Chafariz do Rato, Chafariz de Benfica ou Garridas, Chafariz do Intendente ou Desterro) e muitos outros se seguirão.

Reabilitação Lago Príncipe Real. A água faz o lago

O Jardim do Príncipe Real foi concebido e organizado à volta de um grande lago octogonal com repuxo.

É da maior importância devolver a água ao lago já que é ela que lhe confere a sua existência. Sem água não há lago.Assim, a EPAL volta a encher de água e vida, um dos mais importantes jardins de Lisboa, com um projeto que prevê a reabilitação do lago. Como medida de poupança de água, funcionará em circuito fechado de água.

Reabilitação Reservatório Penha de França. Uma vista de 360º sobre Lisboa

O Reservatório da Penha de França construído entre 1929 e 1932 e desativado há várias dezenas de anos, vai ganhar uma nova vida, expondo-se renovado e pronto para receber a comunidade para uma visita. Este será, sem dúvida, um dos locais que acreditamos integrem os vários circuitos turísticos, dado as suas características e as suas novas valências, nomeadamente, um espaço onde a arte, o convívio e a liberdade se juntam.

Aqueduto das Águas Livres. Regresso às origens

Completamente desativado desde 1973, no Aqueduto das Águas Livres deixou de correr água e nos anos 80 passou a receber pessoas. Foi aberto ao público para visitas, sendo hoje parte integrante do património histórico/cultural da EPAL. Mas ela vai voltar a correr. Tal como ontem, a água vai passar pelo Aqueduto rumo a uma cidade mais sustentável, a um Planeta mais verde, a um futuro mais promissor. Vai nascer o projeto onde o ambiente, a economia, a comunidade, o património e a cultura se juntam com o mesmo propósito.

Fotovoltaicos. 0% Energia

Comecámos com Castelo do Bode e Vale da Pedra a seguir o caminho da água de abastecimento com menor pegada carbónica, com a instalação de painéis fotovoltaicos. O EPAL 0% Energia não tem parado de crescer com o objetivo de tornar a EPAL uma empresa 100% autossuficiente em energia, não só através desta importante medida mas de muitas outras que inspiraram o Grupo Águas de Portugal e todas as suas empresas a seguirem o mesmo rumo.

Já em fase de adjudicação estão os primeiros fotovoltaicos em recintos da EPAL, em Lisboa. O Parque das Nações será o primeiro, com a instalação de 650 kW em painéis na cobertura dos telheiros do parque de estacionamento.

Mais tarde, serão ainda instalados mais 500kW.

Um dos Reservatórios de Telheiras será o passo seguinte. Uma primeira instalação de cerca de 500 kW, ficando preparado o caminho para uma segunda fase de mais 500 kW .

A União Europeia assume cada vez mais a redução do consumo de energia e a eliminação do desperdício energético como uma questão determinante para a sua política energética e a EPAL posiciona-se como uma das suas preconizadoras.

Novo edifício Amoreiras. Requalificação e Valorização

Campo de Ourique é um dos bairros com mais identidade de Lisboa. E é exatamente aqui que vai nascer o Projeto Edifício das Amoreiras.

Uma solução arquitetónica desenvolvida no âmbito de um concurso público lançado pela EPAL em colaboração com a Ordem dos Arquitetos, para um novo edifício na Rua José Gomes Ferreira e que se encontra em fase de licenciamento.Com as vertentes habitação/escritórios, o novo edifício das Amoreiras e suas valências serão um convite àquela zona da cidade e muito contribuirá para a requalificação e valorização da mesma.

Projeto Residências para estudantes

Atendendo à necessidade de intervenção no edifício do Páteo do Tronco, que apresenta um número significativo de patologias que impedem a sua utilização, seguiu-se uma lógica de não aumento da volumetria nem área de construção, mas considerando a reformulação integral do seu interior.

A proposta visa a criação de dois tipos de unidades de alojamento (20 unidades), localizadas nos pisos superiores, e ocupação do piso térreo, com ligação ao Páteo do Tronco, com as valências comuns deste tipo de infraestruturas (receção, zona de estar, cozinha, lavandaria, etc.). O objetivo é que estas residências possam ser utilizadas por estudantes de outros pontos do País, nomeadamente filhos de Trabalhadores da EPAL/AdVT.

Cada um destes projetos é especial e em muito nos orgulham por serem um contributo inestimável para uma cidade mais verde e sustentável para todos!.

EPAL homenageia Trabalhadores com 25 e 35 anos de serviço

ANDRÊA BORGES DCMEA

No dia 30 de novembro realizou-se no Museu da Água – Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, a cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores que completaram 25 e 35 anos de antiguidade em 2022.

Nesta cerimónia em particular, para além do cariz especial de homenagem aos Trabalhadores e do reconhecimento do seu trabalho ao longo dos anos de serviço, teve ainda lugar a uma homenagem sentida prestada pelo presidente da EPAL José Sardinha, ao administrador Barnabé Pisco, falecido recentemente e que iria ser homenageado nesta cerimónia pelos seus 25 anos de Casa. Além da oferta habitual, foi entregue à viúva, Marina Pisco, uma bandeira da EPAL simbolizando o modo como todos os Trabalhadores vestem a camisola pela nossa Empresa e reconhecendo o trabalho realizado por Barnabé Pisco ao longo do seu percurso profissional na EPAL.

Na cerimónia esteve presente o Conselho de Administração da EPAL, o representante da Comissão de Trabalhadores, a presidente da Casa do Pessoal e o presidente da AREPAL, além da maioria dos diretores da EPAL, todos juntos a homenagear este conjunto de Trabalhadores.

28 homenageados dos 38 trabalhadores que iniciaram o seu percurso profissional na EPAL em 1987 e em 1997, receberam uma oferta simbólica para marcar a ocasião, consoante os anos de serviço.

À semelhança dos anos anteriores, foi produzido, pela Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental, um pequeno livro, que regista o momento da entrada dos Trabalhadores na EPAL.

O presidente do Conselho de Administração, José Sardinha, agradeceu a presença de todos os homenageados e familiares e enalteceu o contributo e dedicação de todos na vida e história da Empresa.

Para finalizar, foi registado o momento numa fotografia de grupo, na Sala das Máquinas.

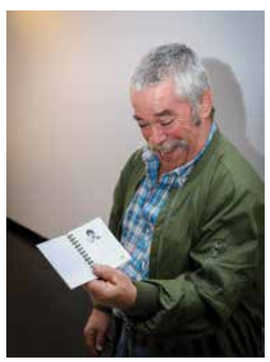
Os nossos Parabéns aos Colegas Homenageados. ●

HOMENAGEADOS COM 25 ANOS DE SERVIÇO

Ana Isabel Borges
Anabela Pereira Gomes
António Pereira Pato
Barnabé Francisco Pisco
Basílio Jorge Martins
José Júlio Pereira
Luís Manuel Mendes
Manuel Jorge Henriques
Mónica Gomes Borda d'Água
Vitor Vale Cardoso

HOMENAGEADOS COM 35 ANOS DE SERVIÇO

Abel Pinto
Aldemiro José Pereira
Ana Paula Galiano
António Freitas Sousa
António Rodrigues Silva
António Martins Neto
Carlos João Prados
Carlos Xavier Fernandes
Carlos Rebelo Beleza
Fernando Marques Carvalho
Fernando Ribeiro Martins
Francisco Jesus Gomes
Idália Fernandes Santos
Jorge Manuel Pereira
José Carlos Toucinho
José Carlos Leitão
José Fernando Vicente
José Júlio Melo
José Rodrigues Antunes
Luís Jesus Martins
Manuel Teixeira Sousa
Maria Dulce Ribeiro
Marina Pinto Cunha
Paulo Alves Ramalhete
Paulo Gonçalves Parra
Rui Manuel Bento
Virgílio Oliveira Melo
Vítor Gomes Antunes



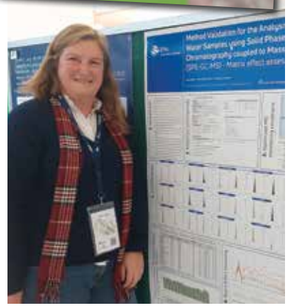
Participação de LAB no 12º Encontro Nacional de Cromatografia

VITOR CARDOSO LAB

Entre 6 e 8 de Dezembro de 2022 realizou-se o "12º Encontro Nacional de Cromatografia", organizado pela Sociedade Portuguesa de Química e pelo Departamento de Química da Universidade de Aveiro. Este evento ocorreu em Aveiro, tendo reunido vários cientistas nacionais ligados a Universidades ou a empresas, com uma experiência alargada na área da Química Analítica Ambiental.

A participação de LAB neste encontro esteve a cargo de Ana Isabel Penetra e Vitor Vale Cardoso da Direção de Laboratórios da EPAL. Ana Isabel Penetra apresentou uma comunicação em poster intitulada "Method Validation for the Analysis of Pesticides in Water Samples using Solid Phase Extraction and Gas Chromatography coupled to Mass Spectrometry (SPE-GC-MS) - Matrix effect assessing in water sources", que indicava os estudos de validação efetuados para os seguintes pesticidas: Bifenilo, Molinato, Trifluralina, Simazina, Atrazina, Lindano, Terbutilazina, Diazinão, Dimetenamida-P, Clorpirifos-metilo, Alacloro, Metalaxil-M, Malatião, S-Metolacloro, Clorpirifos-etilo, Pendimetalina, Clorfenvinfos. Alguns destes pesticidas são analisados nas águas de consumo no âmbito do Controlo Legal e constam da "Lista de pesticidas a pesquisar em águas de consumo humano", documento publicado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária para o triénio 2022 a 2024. A validação do método de ensaio teve como objetivo a redução de efeitos de matriz de enriquecimento iónico que ocorrem na fonte do espetrómetro de massa, devido à grande variabilidade das caraterísticas das matrizes de água analisadas. Para minimizar estes efeitos, o método de análise foi alterado passando a calibração analítica a usar padrões com marcação isotópica.

Neste evento, teve ainda lugar uma mesa redonda sobre "Chromatography: do the current developments respond to future challenges?", que contou com a participação de Vitor Vale Cardoso de LAB, em conjunto com outros cientistas de diversas instituições nacionais: Instituto National de Medicina Legal e de Ciências Forenses, Sogrape Vinhos, S.A., Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e da Universidade de Aveiro. Os assuntos abordados nesta mesa redonda incidiram sobre diversas temáticas: a aplicabilidade das técnicas de Cromatografia em diversas áreas da ciência, nomeadamente na análise de águas; os desafios que têm surgido nos laboratórios pela utilização destas tecnologias na monitorização de compostos orgânicos em diversas matrizes ambientais, alimentares e fisiológicas; e ainda os avanços tecnológicos que se perspetivam para o futuro de modo a contribuir para um aumento da qualidade do método analítico cromatográfico. ●



Projeto AgIR

A Cerimónia de Lançamento do projeto de caracterização das águas residuais hospitalares no concelho de Lisboa e de avaliação do seu impacto a nível de saúde ambiental, no âmbito do Plano de Ação AgIR, assim como a assinatura do protocolo de cooperação técnica e financeira, teve lugar a 30 de janeiro, na Fábrica de Alcântara. Este projeto envolve várias instituições como as Águas do Tejo Atlântico (ATA), entidade coordenadora do projeto, a EPAL, Câmara Municipal de Lisboa (CML), Direção-Geral da Saúde (DGS), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), Instituto Superior Técnico (IST), Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). Neste evento teve ainda lugar a assinatura do AgIR – Acordo de cooperação relativo à implementação da ação para a caracterização das águas residuais hospitalares de Lisboa, com as seguintes unidades hospitalares: Santa Maria, IPO, CUF Descobertas, Luz, Curry Cabral, Estefânia, Fundação Champalimaud, HFAR, São José, Pulido Valente, São Francisco Xavier, CUF Tejo, Lusíadas, Maternidade Alfredo da Costa.

O âmbito deste projeto envolve a Caraterização das águas residuais afluentes às fábricas de água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa de forma a coadjuvar a resposta a eventuais surtos de doenças na população, melhorar a resposta dos processos de tratamento das ETAR, com vista à redução de riscos ambientais patogénicos e poluentes emergentes presentes.

Este projeto irá ser efetuado entre 2022 e 2024, e envolve 5 campanhas de monitorização (colheitas e ensaio), distribuídas por períodos estival e húmido, em diversos pontos de amostragem localizados nas unidades hospitalares e nas ETAR de Beirolas, Chelas e Alcântara.

O programa de ensaios a executar compreende a determinação de Vírus, Bactérias, Fungos, Genes de resistência a antibióticos, Compostos farmacêuticos, Ecotoxicidade. A EPAL estará envolvida neste projeto AgIR através do Laboratório de Análises de Água da EPAL e terá a seu cargo a monitorização de diversos compostos farmacêuticos em águas residuais: atenolol, metoprolol, propranolol (beta-bloqueadores), acetaminofeno (analgésico), sulfadiazina, sulfapiridina, sulfametoxazol, eritromicina, claritromicina (antibióticos), cafeína (psico-estimulante), cortisona (corticosteróide), carbamazepina (anti-convulsivante), ácido clofíbrico, bezafibrato (reguladores lipídicos), naproxeno, ibuprofeno, diclofenac (anti-inflamatórios não esteróides), gestodeno, testosterona, estriol, estrona, beta-estradiol, 17-alfa-etinilestradiol, dietilestilbestrol (hormonas sexuais), fluoxetina (anti-depressivo). No decurso deste projeto será ainda efetuado o desenvolvimento de um método de ensaio por SPE-LC-MS/MS para diversos antifúngicos, como é o caso do fluconazol, isavuconazol, entre outros. ●

RUI NEVES CARNEIRO LAB

COMISSÃO DE TRABALHADORES

Seja bem-vindo quem vier por bem.

Com o início do novo ano, todos os Trabalhadores da EPAL e Águas do Vale do Tejo, continuam a alimentar a sanha de ver refletido no seu dia a dia, a melhoria contínua das condições laborais que permitem uma melhor qualidade do trabalho desenvolvido, e também a melhoria das condições salariais que permitam garantir a disponibilidade, empenho e motivação para continuarem a vestir a camisola da Empresa com orgulho.

No que diz respeito às condições laborais, a CT tem estado atenta aos casos preocupantes e em permanente contacto com os Trabalhadores, que sentem as dificuldades de trabalhar em infraestruturas sem as condições adequadas ao nível de segurança e saúde no trabalho (SST), deste modo, articulamos com os colegas que integram a Comissão de SST e visitámos vários locais nos Polos da AdVT no sentido de procurar soluções. Todos somos poucos para trabalhar em conjunto e tentar encontrar soluções, pois como diz a letra: - "Se alguém houver que não queira / Trá-lo contigo também."

A Comissão de Trabalhadores também assumiu o compromisso de verificar juntos dos Trabalhadores da EPAL e da AdVT quantos licenciados e licenciadas estavam em situação de não estarem com o enquadramento adequado à sua formação académica. Os Trabalhadores que responderam a esta solicitação foram indicados à Administração da EPAL / AdVT que estudou o assunto em conjunto com as hierarquias do respectivos Trabalhadores. Foram aceites algumas das propostas, outras foram recusadas pela respectiva hierarquia com a justificação da licenciatura não enquadrar as funções desempenhadas pelo trabalhador.

Propusemos ao CA realização de uma avaliação à aplicação do teletrabalho nos termos atuais (2ª e 6ª-feiras até março) que tenha por base indicadores objetivos e permitam avaliar os benefícios do teletrabalho, paralelamente ao impacto ambiental, na eventual redução dos consumos de energia que nortearam originalmente esta medida.

Apesar da nossa proposta, sabemos que a decisão de manter ou não este modelo de teletrabalho, não se baseará em critérios objetivos, nem na avaliação que sugerimos, mas sim, pela habitual discricionariedade agregada ao argumento de "não pode ser porque não é consensual".

Temos verificado neste âmbito, que este CA parece querer encontrar uma medida única que agrade e gere consenso às áreas operacionais e administrativas de igual forma, e enquanto não encontra essa medida (não encontrou ao longo dos últimos 12 anos) ficamos todos em suspenso à espera da pedra filosofal.

Como não queremos ficar mais 10 anos parados e sabemos que a medida que agrada a todos, ou pelo menos à maioria dos Trabalhadores é obvia e passa pela melhoria das condições salariais. Esperamos que as Estruturas Sindicais e o CA possam desenvolver um processo negocial franco, justo e transparente que garanta pelo menos, a recuperação de rendimentos suspensa desde 2009, alinhada com as condições que estão a ser acordadas com a função pública, esses primos afastados que têm o mesmo patrão que todos nós.

Seja bem-vindo a este processo de negociação quem vier por bem. E se alguém houver que não queira negociar e encontrar soluções, como dizia o poeta: - Trá-lo contigo também.

Poderão existir muitos benefícios, ofertas, brindes, prémios, reconhecimentos e louvores a dar aos Trabalhadores, mas é a melhoria das condições salariais que permite garantir a disponibilidade, empenho e motivação de todos e cada um de nós para continuar a vestir a camisola da Empresa com orgulho. ●

CASA DO PESSOAL

A CPEPAL renovada…

A Direcção da CPEPAL informa todos os Sócios que estão de volta as actividades desportivas e lúdicas.

Vamos realizar no próximo dia 15 de Abril, uma visita a Évora, para convívio com os colegas do Pólo de Évora e conhecermos em pormenor o Centro Histórico.

Foi igualmente feita a divulgação da viagem ao Benelux e Vale do Reno que se realizará entre 24 e 30 de Junho. As inscrições são até 30 de Abril, através do email casadopessoal.epal@adp.pt, ou 919225037.

Celebramos algumas parcerias, que vamos enviar a todos os sócios.

Participa nas nossas iniciativas! ●

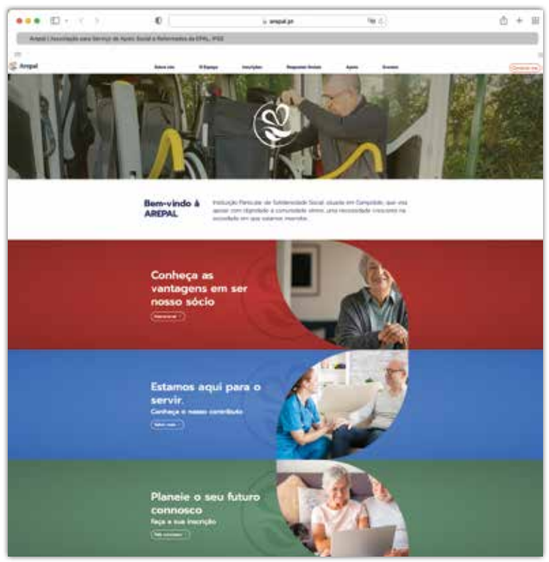
AREPAL

Associação de reformados da EPAL já tem site

Agora já pode aceder a www.arepal.pt e ficar a conhecer ainda melhor a nossa instituição.

O site visa aproximar a AREPAL da comunidade e permite-lhe consultar os Relatórios& Contas, entre outros documentos, e obter informações como se tornar sócio, inscrever-se para Utente ou, ainda, aceder à calendarização de eventos previstos nas nossas instalações.

Espreite! ●



Chafarizes do Aqueduto das Águas Livres: A reabilitação arquitetónica e funcional

MARA FAVA MDA

No século XVIII, a chegada do Aqueduto das Águas Livres à cidade de Lisboa, através dos seus chafarizes, não foi de caráter utilitário, mas de afirmação do poder régio. Construídos de acordo com um projeto urbano de realce, alguns em praças existentes ou construídas para os receber, foram dotados de uma componente arquitetónica e escultórica notável tendo chegado até hoje, de uma forma geral, em razoável estado de conservação.

A intervenção de restauro, agora preconizada para 17 chafarizes do Aqueduto das Águas Livres, classificados como Monumento Nacional, visa não apenas o edificado, mas também a sua reabilitação funcional, ou seja, a de os dotar da sua essência, a de voltarem a ser fonte de água potável, acessível a todos. Esta intervenção resultou de um protocolo entre a EPAL e a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da sua distinção de cidade Capital Verde Europeia 2020.

A intervenção dos chafarizes foi dividida em três fases de intervenção de acordo com as prioridades de restauro e conservação:

I – Chafariz do Intendente, Chafariz de Benfica e Chafariz do Rato;

II - Chafariz do Arco de Carvalhão, Chafariz do Arco de São Mamede, Chafariz das Terras e Chafariz do Campo de Santana;

III - Chafariz da Buraca, Chafariz das Janelas Verdes, Chafariz de Santo António da Convalescença, Chafariz da Armada, Chafariz do Carmo, Chafariz de São Domingos de Benfica, Chafariz da Mãe de Água à Praça da Alegria, Chafariz do Século, Chafariz de São Sebastião da Pedreira e Chafariz de Entrecampos.

Todas as intervenções preveem o disposto na legislação relativa à salvaguarda do Património cultural: Decreto-Lei 140/2009, Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais imóveis classificados e com a Lei 107/2001, bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural bem como com as premissas das Cartas e Convenções internacionais relacionadas com a salvaguarda do património arquitetónico ratificadas por Portugal, enquanto membro da UNESCO, do ICCROM, do ICOMOS e da Comissão Europeia.

Chafariz do Rato – Antes e depois da intervenção de conservação e restauro

Chafariz do Intendente– Antes e depois da intervenção de conservação e restauro

Chafariz de Benfica – Antes e depois da intervenção de conservação e restauro
Na demolição de laje em betão existente na bacia foram descobertas as bases de lioz maciço originais para apoiar os recipientes durante a recolha de água.

A Fase I - Chafariz do Intendente, Chafariz de Benfica e Chafariz do Rato encontra-se já concluída. A Fase II – já está adjudicada e a Fase III, com maior número de chafarizes, está já em processo de projeto para a sua intervenção.

A intervenção da Fase I foi executada pela empresa de conservação e restauro Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda. que teve como preocupação prioritária o respeito pela integridade física e estética dos conjuntos.

Foi inicialmente realizado um exame metódico e rigoroso, visando a compreensão dos elementos em todos os seus aspetos, no que respeita ao estado de conservação dos materiais, das suas estruturas e seus componentes. As patologias mais evidentes prenderam-se, essencialmente, pela acumulação de lixos e sujidades, atividades biológicas e infiltrações de águas pluviais, que provocaram a abertura de fendas e fissuras, e elementos metálicos desgastados ou em falta.

Face às patologias, os processos de conservação e restauro e reabilitação funcional utilizados dependeram dos elementos em questão:

- Materiais pétreos: limpeza das superfícies (essencialmente remoções de colonizações biológicas, crostas negras), consolidação, fixação de fissuras e fraturas, colagem de elementos e tacos, abertura e limpeza das juntas em profundidade e seu preenchimento e proteção final com a aplicação de hidrofugantes contra os agentes atmosféricos e poluição;
- Materiais metálicos: tratamento de gatos e outros elementos metálicos e reposição de elementos em falta;
- Alvenarias de pedra e/ou tijolo: reparação de rebocos e pinturas;
- Portas e janelas: reparação das superfícies e pinturas;
- Instalação dos novos circuitos de canalização, drenagens e colocação de bicas de latão. ●

a fechar...

Exercício Dia da Rádio

A rede de comunicações do SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal, visa assegurar, da forma mais eficiente e adequada à tutela do interesse público, a satisfação das necessidades de comunicações das forças e serviços de emergência e de segurança.

Neste contexto, a Empresa integra a rede SIRESP, desde 2017, criando-se assim um sistema alternativo de comunicações para apoio em situação de crise e/ou de emergência e tendo como premissa que as comunicações são elemento vital na gestão de eventos de crise.

A comunicação SIRESP é de cobertura nacional e, como tal, permite o estabelecimento de comunicações alternativo aos atuais meios operacionais efetivos existentes, ou seja, através de comunicação corporativa e/ou das redes móveis de operadoras de telecomunicações, sistemas estes que se mantêm em sede de ações de operação e que são os meios de uso em situação de normalidade.

Visando assegurar a continuidade de utilização adequada dos equipamentos, têm sido promovidas ações de formação que se irão prolongar durante o corrente ano de 2023, em paralelo com a realização de ensaios/simulacros.

Assim, em 7 de Dezembro, e a partir do Centro de Comando de Vale da Pedra, a DSE realizou uma sessão de ensaios que visou avaliar a capacidade de comunicação dos equipamentos rádios que operam na Rede SIRESP, na EPAL e na AdVT.

Salienta-se a elevada colaboração e empenho dos Colegas das Direções envolvidas – DOA, DOS e MAN – que, respondendo à chamada, contribuíram para o sucesso da sessão.

Finalmente, visando o aumento da capacidade das áreas operacionais, em matéria de comunicações em caso de crise e/ou de emergência, para ambas as Empresas, importa informar que se procedeu ao aumento da quantidade de rádios que operam nesta rede SIRESP e, em simultâneo, está em curso a avaliação de outras soluções existentes no mercado. ● **JORGE PEREIRA** DSE

Campos de Férias e Bootcamps virtuais Happy Code

Já ouviu falar da educação STEAM? 89 crianças e jovens, com idades dos 7 aos 17 anos, filhos de Trabalhadores da EPAL/ /AdVT experimentaram algumas ações inseridas nesse tipo de ensino.

Este modelo foca-se em cinco disciplinas fundamentais, concretamente, Ciências (Science), Tecnologia (Technology), Engenharia (Engineering), Artes (Arts) e Matemática (Math) começou por ser apenas STEM, uma sigla que não incluía, a letra A, de Artes, mas que, em poucos anos, foi entendido que essa disciplina deveria fazer parte do modelo, uma vez que incluir e cruzar a criatividade e a inovação, com atividades mais científicas, é hoje uma realidade no ensino tecnológico.

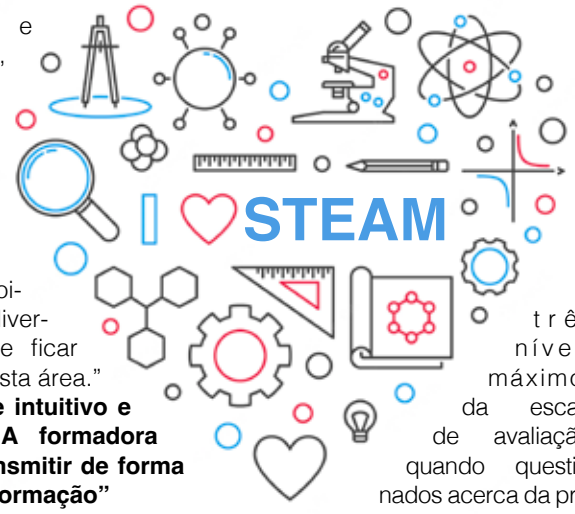
Estas temáticas permitem dotar os alunos e as alunas de competências, essenciais, para o futuro do trabalho, uma vez que os pensamentos crítico e analítico, a tomada de decisão, a resolução de problemas, entre outras softskills, são ferramentas preciosas que a Educação STEAM fomenta, com recurso a exercícios práticos que serão, certamente, uma mais-valia no futuro das alunas e dos alunos. Esses exercícios ou atividades cruzam, pelo menos, duas dessas disciplinas e promovem o trabalho em equipa.

A Happy Code, que tem vindo a ser parceira, da EPAL/AdVT, nos Bootcamps e Campos de Férias, é uma escola de tecnologia e programação e uma referência global no ensino de S.T.E.A.M., sendo pioneira na sua abordagem a Soft Tech Skills.

No âmbito do sistema de Gestão da Conciliação entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar já foram organizadas, três edições das atividades Happy Code, totalmente suportadas, pela EPAL/AdVT, com inscrição de 56 rapazes e 33 raparigas, número que tem em conta inscrições repetidas, uma vez que, no caso dos Bootcamps, com uma duração de 6h, foi permitida a participação nos dois níveis, da mesma temática. Saliente-se que, tratando-se de uma atividade em formato digital, foi possível a participação de filhos e filhas dos Trabalhadores de todos os polos da EPAL/AdVT.

As ações desenvolvidas, nas referidas atividades, foram Scratch, Minecraft, Minecraft Extreme, Minecraft Safety, Python Gaming, Python Explorer, Roblox Adventure, Roblox Treasures, Youtuber Explorer, Youtuber Expert, Unity 3d Games, Unity 3d Game Arena, App Explorer, App Expert, Code World Teens, dependendo da idade do/a participante.

Os participantes classificaram as ações como "espetacular" – cerca de 2/3 e "boa" para 1/3, sendo que no descritivo das avaliações salienta-se:



"Foi uma experiência muito boa, aprendi coisas novas e divertidas, e fez-me ficar curiosa sobre esta área."

"Foi bastante intuitivo e interessante. A formadora conseguiu transmitir de forma excelente a informação"

"Foi possível aprender uma coisa nova, em que se viu o resultado e muito motivante e engraçado."

"Excelente experiência, desenvolvimento de capacidades de programação, criação de conteúdos."

"No caso de alguém ter interesse em educar-se acerca de alguma linguagem de programação, aconselhava se fosse para alguém até aos seus 15 anos. A partir daí, a pessoa provavelmente quer um curso mais demorado e mais complexo, por isso não seria este curso o indicado

Refira-se que 88% das crianças e jovens participaram pela primeira vez numa atividade da Happy Code e 95% dos participantes atribuíram, numa escala de 1 a 10, os três níveis máximos da escala de avaliação, quando questionados acerca da probabilidade de recomendar as atividades a outros.

À pergunta "Tens mais alguma sugestão ou feedback para a EPAL/AdVT ou a Happy Code?", as respostas obtidas foram entusiastas e no sentido de desejarem a repetição das iniciativas.

No "final do dia" até nós, adultos, ficamos com a curiosidade de conhecer e participar em ações futuras.

Adicionalmente, a EPAL/AdVT estabeleceu um protocolo com a Happy Code, que pode ser consultado no Portal da DRH, com condições vantajosas para aqueles que pretendam usufruir, deste modelo de ensino, em momentos que vão para além das atividades promovidas, pela EPAL/AdVT. ●

DIANA NUNES DSE